

ELETRONET S.A.

Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021, compreendendo:

✓ <i>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</i>	<i>2-5</i>
✓ <i>Balanço patrimonial</i>	<i>6</i>
✓ <i>Demonstração do resultado</i>	<i>7</i>
✓ <i>Demonstração do resultado abrangente</i>	<i>8</i>
✓ <i>Demonstração das mutações do passivo a descoberto</i>	<i>9</i>
✓ <i>Demonstração do fluxo de caixa</i>	<i>10</i>
✓ <i>Demonstração do valor adicionado</i>	<i>11</i>
✓ <i>Notas explicativas às demonstrações contábeis</i>	<i>12-36</i>

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos acionistas e administradores da

ELETRONET S.A.
São Paulo – SP

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da Eletronet S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eletronet S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Progress Auditores Independentes

Rua Conceição, 233 – 11º andar - Campinas – SP e Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 2367 16º andar São Paulo – SP
Fone: (19) 3237 – 9787 (11) 5103-1000 Fax: (19) 3236 – 1541 -
www.progressauditores.com.br

Ênfases

Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia possui capital circulante líquido negativo, prejuízo do exercício e patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), nos montantes de R\$ 38.323 mil, R\$ 23.597 mil e R\$ 231.254 mil, respectivamente.

Conforme mencionado na Nota nº 1.1 às demonstrações contábeis, os planos da Administração para a liquidação das dívidas de curto prazo, bem como para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do referido processo de reestruturação. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para o descrito na Nota nº 11 às demonstrações contábeis, que descreve que a Companhia possui transações com partes relacionadas às quais são realizadas com base em condições negociadas entre as partes. Dessa forma, o resultado destas operações está registrado pelo valor negociado. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às Demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em de 31 de dezembro de 2020 foram por nós examinadas, cujo Relatório, datado de 30 de março de 2021, com as mesmas ênfases deste relatório.

Conforme descrito nas Notas 10, 11 e 12 às demonstrações contábeis, de acordo com o CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, em 31 de dezembro de 2020, apenas para fins de comparabilidade, alguns valores foram reclassificados para o passivo não circulante, estando apresentados no Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020, como reclassificados.

Progress Auditores Independentes

Rua Conceição, 233 – 11º andar - Campinas – SP e Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 2367 16º andar São Paulo – SP

Fone: (19) 3237 – 9787 (11) 5103-1000 Fax: (19) 3236 – 1541 -

www.progressauditores.com.br

Responsabilidades da administração e de governança pelas Demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das Demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das Demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas Demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas Demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Progress Auditores Independentes

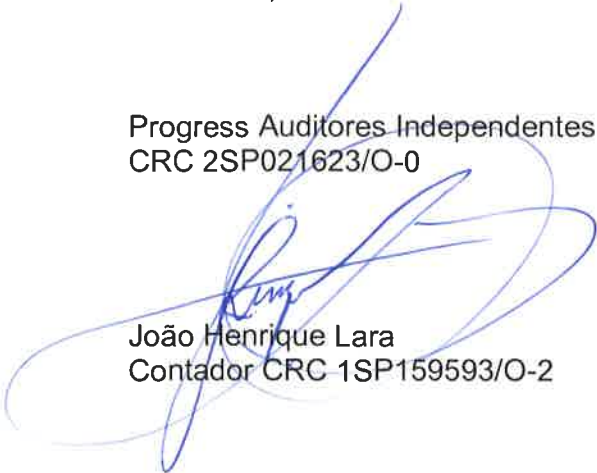
Rua Conceição, 233 – 11º andar - Campinas – SP e Av. Brigadeiro Luiz Antônio, 2367 16º andar São Paulo – SP
Fone: (19) 3237 – 9787 (11) 5103-1000 Fax: (19) 3236 – 1541 -
www.progressauditores.com.br

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas Demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022.

Progress Auditores Independentes
CRC 2SP021623/O-0



João Henrique Lara
Contador CRC 1SP159593/O-2

ELETRONET S.A.

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Ativo					Passivo e patrimônio líquido (Passivo a descoberto)				
Circulante	Nota Explicativa	(Reclassificado)*			Circulante	Nota Explicativa	(Reclassificado)*		
		2021	2020	2020			2021	2020	2020
Caixa e equivalentes de caixa	4	7.481	6.750	6.750	Fornecedores	10	36.270	43.601	94.330
Contas a receber de clientes	5	20.454	18.679	18.679	Arrendamento	9.2	22.265	18.400	18.400
Impostos a recuperar	6	6.493	174	174	Partes relacionadas	11	-	-	140.806
Partes relacionadas	11	1.279	1.214	1.214	Salários e encargos sociais		4.010	3.167	3.167
Adiantamentos		165	158	158	Obrigações tributárias	12	6.780	6.569	34.588
Outros créditos		1.081	472	472	Tributos parcelados	13	3.446	2.893	2.893
Total do ativo circulante		36.953	27.447	27.447	Adiantamentos de clientes	14	787	787	787
					Outras obrigações		1.718	279	279
					Total do passivo circulante		75.276	75.696	295.250
Não circulante					Não Circulante				
Impostos a recuperar	6	15.897	13.607	13.607	Fornecedores	10	297.422	251.387	200.658
Adiantamentos		622	650	650	Arrendamento	9.2	341.788	292.068	292.068
Depósitos Judiciais	7	783	762	762	Partes relacionadas	11	161.995	155.806	15.000
Imobilizado	8	334.446	325.528	325.528	Tributos parcelados	13	5.569	6.315	6.315
Direito de uso	9.1	364.054	310.469	310.469	Imposto de renda e contribuição social diferidos	8(c)	54.572	57.604	57.604
Total do ativo não circulante		715.802	651.016	651.016	Adiantamentos de clientes	14	9.604	10.391	10.391
					Obrigações Tributárias	12	32.137	28.019	-
					Provisões cíveis e trabalhistas	15	5.646	2.702	2.702
					Total do Passivo não circulante		908.733	804.292	584.738
					Patrimônio Líquido (Passivo a descoberto)				
					Capital social	16	321.387	321.387	321.387
					Prejuízos acumulados		(538.001)	(520.289)	(520.289)
					Ajuste de avaliação patrimonial	8(c)/16	105.934	111.819	111.819
					Outros resultados abrangentes	16	(120.574)	(114.442)	(114.442)
					Total do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		(231.254)	(201.525)	(201.525)
Total do ativo		752.755	678.463	678.463	Total do passivo e do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		752.755	678.463	678.463

* Somente para fins comparativos.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETRONET S.A.**Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de dezembro***(Em milhares de Reais)*

	Nota Explicativa	2021	2020
Receita Bruta com prestação de serviços		205.438	172.208
Impostos incidentes sobre receitas		(50.314)	(46.634)
Receita operacional líquida	17	155.124	125.574
Custo dos serviços prestados	18	(101.852)	(83.521)
Lucro bruto		53.272	42.053
(Despesas) Receitas operacionais			
Despesas comerciais	19	(6.221)	(4.477)
Despesas gerais e administrativas	20	(21.550)	(20.142)
Outras (despesas) receitas operacionais	21	(1.044)	(1.585)
		(28.815)	(26.204)
Lucro antes do resultado financeiro		24.457	15.849
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	22	2.933	2.124
Despesas financeiras	22	(54.019)	(60.606)
		(51.086)	(58.482)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(26.629)	(42.633)
Imposto de renda e contribuição social diferido	23	3.032	3.032
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(23.597)	(39.601)
Lucro líquido (prejuízo) diluído por ação - R\$		(0,07)	(0,12)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETRONET S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(23.597)	(39.601)
Ajuste de avaliação patrimonial		
Realização do Ajuste de avaliação patrimonial	(8.917)	(8.917)
IR e CSLL sobre a realização do ajuste da avaliação patrimonial	3.032	3.032
Variação passiva de outros resultados abrangentes	(6.132)	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(35.614)</u>	<u>(45.486)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETRONET S.A.**Demonstração das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)****Exercícios findos em 31 dezembro***(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Prejuízos acumulados	Resultado abrangente		Total
			Ajuste de Avaliação Patrimonial	Outros Resultados Abrangentes	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	321.387	(486.573)	117.704	-	(47.482)
Realização do Ajuste de avaliação patrimonial		8.917	(8.917)		-
IR e CSLL sobre a realização do ajuste da avaliação patrimonial		(3.032)	3.032		-
Assunção de dívida conforme contrato de compartilhamento (Nota 11)				(114.442)	(114.442)
Prejuízo do exercício		(39.601)			(39.601)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	321.387	(520.289)	111.819	(114.442)	(201.525)
Realização do Ajuste de avaliação patrimonial		8.917	(8.917)		-
IR e CSLL sobre a realização do ajuste da avaliação patrimonial		(3.032)	3.032		-
Variação passiva de outros resultados abrangentes (Nota 11)				(6.132)	(6.132)
Prejuízo do exercício		(23.597)			(23.597)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	321.387	(538.001)	105.934	(120.574)	(231.254)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETRONET S.A.**Demonstrações do fluxo de caixa**
Exercícios findos em 31 de dezembro*(Em milhares de Reais)*

	2021	2020
Fluxo de caixa da atividade operacional		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(23.597)	(39.601)
Ajustes para reconciliar o lucro líquido (prejuízo) ao fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	51.887	43.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.032)	(3.032)
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	1.334	(805)
Provisão de passivos tributários, cíveis e trabalhistas	2.944	115
Juros e variação monetária sobre fornecedores	41.734	35.515
	71.270	35.218
Variação de ativos e passivos:		
Contas a receber	(3.109)	(1.196)
Impostos a recuperar	(8.609)	(3.077)
Adiantamentos	21	(471)
Outros créditos e depósitos judiciais	(630)	266
Fornecedores	(3.030)	29.004
Partes relacionadas	(8)	714
Salários e encargos sociais	843	321
Arrendamento	-	(15.904)
Obrigações tributárias / tributos parcelados	4.136	568
Adiantamento de clientes	(787)	11.178
Outras obrigações	1.439	50
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	61.536	56.671
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Adições de ativo imobilizado	(60.805)	(52.402)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(60.805)	(52.402)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Caixa líquido das atividades de financiamentos	-	-
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	731	4.269
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6.750	2.481
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.481	6.750
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	731	4.269
	-	-
	-	-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ELETRONET S.A.**Demonstração do valor adicionado**
Exercícios findos em 31 de dezembro*(Em milhares de Reais)*

	Nota explicativa	2021	2020
Receitas			
Receitas com venda de mercadoria	17	205.439	172.206
Outras receitas operacionais		5.924	-
Recuperação estimada com crédito de liquidação duvidosa		-	-
		211.363	172.206
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos			
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(53.763)	(41.366)
		(53.763)	(41.366)
Valor adicionado bruto		157.600	130.840
Depreciação e amortização		(50.111)	(42.378)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		107.489	88.462
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras e variações cambiais líquidas	22	2.933	2.124
Valor adicionado total a distribuir		110.422	90.586
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remuneração direta		17.083	17.269
Benefícios		5.097	3.780
FGTS		1.047	1.586
		23.227	22.635
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		7.352	6.475
Estaduais		49.307	40.380
Municipais		114	91
		56.773	46.946
Remuneração de capitais de terceiros			
Juros e variações cambiais	22	54.019	60.606
Aluguéis			
		54.019	60.606
Remuneração de capitais próprios			
Lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores			
Lucros (prejuízo) retidos do exercício		(23.597)	(39.601)
		(23.597)	(39.601)
Valor adicionado total distribuído		110.422	90.586

-

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A Eletronet S.A. (Companhia) é uma empresa domiciliada no Brasil, com sede no estado do Rio de Janeiro, controlada pela LT Bandeirante Empreendimentos Ltda.

O objeto da Companhia compreende, i) o transporte de sinais de informações, ii) a prestação de serviços de telecomunicações e iii) o desenvolvimento das atividades necessárias à operação, manutenção, supervisão, direção de obra, construção, fornecimento de materiais e equipamentos, e qualquer outra atividade conexa ao disposto nas alíneas anteriores, sendo vedada, em qualquer hipótese, a participação no capital de outras sociedades na qualidade de acionista ou sócia-quotista.

A Companhia construiu uma extensa rede de cabos de fibra óptica, utilizando principalmente a malha dos sistemas de transmissão de energia elétrica das empresas do Sistema Eletrobrás, complementada pelas redes de distribuição de energia de empresas regionais e alternativas viáveis de utilização de passagem.

A Companhia é fornecedora de serviços de trânsito IP e circuitos de alta velocidade em longa distância por rede de fibra óptica, com mais de 16 mil km e 166 POP's em todo o Brasil, com acordo de peering direto com Facebook e Google, beneficiando usuários, provedores de conteúdo e de internet.

Investimentos foram realizados objetivando posicionar a Rede IP Eletronet dentre as empresas de maior conectividade no mercado brasileiro, viabilizando as parcerias, além da presença no data center da Equinix, onde se concentram os grandes provedores de conteúdo.

1.1 Continuidade

1.1.1 A Administração da Companhia está empenhada no sentido de reverter a situação financeira da empresa e para tal está adotando diversas medidas para o restabelecimento de seu equilíbrio financeiro, econômico e da posição patrimonial, recuperação da sua lucratividade e geração de caixa suficiente para o cumprimento das suas obrigações. Tais medidas incluem, entre outras:

- a) readequação de suas estratégias comerciais, visando os mercados regionais, os mercados de provedores de internet e a médias e grandes operadoras de telecomunicações;
- b) forte foco na continuidade ao plano de redução de custos, despesas e readequação dos passivos financeiros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

1.1.2 Prorrogação do Contrato de Compartilhamento:

Em 20 de fevereiro de 2020, após autorizado pelo Ministério da Economia, mediante Despacho da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercado, foi celebrado entre Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS, Eletronet S.A. (“Eletronet”) e a Eletrobras Participações S.A. (“Eletropar”), LT Bandeirante e subsidiárias da ELETROBRAS (Cedentes) o 4º Termo Aditivo ao “Contrato de Constituição do Direito”, entre a Eletronet e a Eletropar, que prorroga o prazo de vigência dos contratos, para até 20 de agosto de 2039, incluindo a permissão de uso da infraestrutura e de fibras lançadas pela Eletronet que estejam atualmente sendo utilizadas pelas Cedentes, respeitando-se os contratos celebrados pelas Cedentes com terceiros; o Contrato de Confissão de Dívida e seu 1º. Termo aditivo entre a Eletronet e Eletropar e ainda os Aditivos ao Acordo de Acionistas da Eletronet.

O contrato está sob apreciação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para homologação.

1.2 Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria Executiva da empresa no dia 18 de fevereiro de 2022 e será submetida ao Conselho de Administração.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 - alterada pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09 contemplando os entendimentos da NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela resolução CFC nº 1.255/09, pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, tendo optado pela adoção do Pronunciamento Técnico CPC-PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, nas normas do Conselho Federal de Contabilidade que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB).

3. Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações contábeis e na preparação do balanço patrimonial de abertura, exceto nos casos indicados em contrário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. A receita de prestação de serviço é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável e todos os riscos e benefícios são transferidos para o contratante.

b) Estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração realize estimativas para determinação e registro de certos ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre suas demonstrações contábeis. Tais estimativas são feitas com base no princípio da continuidade e suportadas pela melhor informação disponível na data da apresentação das demonstrações contábeis, bem como na experiência da Administração.

As estimativas são revisadas quando novas informações se tornam disponíveis ou as situações em que estavam baseadas se alterem. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas podem vir a divergir para com o resultado real. As principais estimativas se referem a:

- Vida útil do ativo imobilizado;
- Avaliações de *impairment*;
- Provisões em geral;
- Receita a faturar.

Não houve mudanças significativas nas estimativas no período em relação àquelas que vinham sendo aplicadas.

c) Moeda funcional e apresentação das demonstrações contábeis

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). Na determinação da moeda funcional foi considerada a moeda que mais influencia os preços de venda de bens e serviços e a moeda que mais influencia os custos para o fornecimento de bens e serviços. As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Todas as informações contábeis são apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

d) **Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósito bancário e aplicações financeiras de liquidez imediata com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia inclui como instrumentos financeiros com vencimentos inferiores a três meses, como equivalentes de caixa.

e) **Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros da Companhia, quando aplicável, foram classificados nas seguintes categorias:

- **Mensurado ao valor justo por meio do resultado:** ativos financeiros mantidos para negociação, ou seja, adquiridos ou originados principalmente com a finalidade de venda ou de recompra no curto prazo, e derivativos. São contabilizadas no resultado as variações de valor justo e os saldos são demonstrados ao valor justo;
- **Mantidos até o vencimento:** ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a entidade tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos;
- **Disponíveis para venda:** ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou que não foram classificados em outras categorias. São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao valor justo. As diferenças entre o valor justo e o custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são realizados para o resultado caso ocorra sua liquidação antecipada;
- **Empréstimos e recebíveis:** instrumentos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercados ativos, exceto: (i) aqueles que a Companhia tem intenção de vender imediatamente ou no curto prazo, e os que a Companhia classifica como mensurados a valor justo por meio do resultado; (ii) os classificados como disponíveis para venda; ou (iii) aqueles cujo detentor pode não recuperar substancialmente seu investimento inicial por outra razão que não a de deterioração do crédito.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

São contabilizados no resultado os rendimentos auferidos e os saldos são demonstrados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos.

A Companhia não possuía em 31 de dezembro de 2021 nenhuma operação com instrumentos financeiros derivativos, incluindo operações de hedge.

f) Contas a receber de clientes

São apresentadas aos valores presente e de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo, quando aplicável, são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações contábeis. É constituída provisão para perda estimada em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

g) Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia, originados de operações de arrendamento mercantil do tipo financeiro, são registrados como se fosse uma compra financiada, reconhecendo no início de cada operação um ativo imobilizado e um passivo de financiamento, sendo os ativos também submetidos às depreciações calculadas de acordo com as vidas úteis estimadas dos respectivos bens ou duração do contrato, nos casos em que não há a opção de compra.

A depreciação é calculada usando o método linear durante a vida útil estimada e ou conforme prazo do contrato quando houver previsão de transferência de propriedade ao final do contrato.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

h) Avaliação do valor recuperável dos ativos (teste de “*impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações monetárias ou cambiais incorridos e dos ajustes a valor presente. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

j) Ajuste a Valor Presente

Os ativos e passivos de longo prazo da empresa e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis são ajustados a valor presente utilizando taxas de desconto que refletem a melhor estimativa da empresa.

k) Fornecedores e Contas a Pagar

As contas de fornecedores e outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

l) Imposto de renda e contribuição social corrente

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido,

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real anual.

A Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações das quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais, quando aplicáveis, são as seguintes: (i) ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (ii) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados; e (iii) quando a companhia questiona a inconstitucionalidade de tributos, as obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da avaliação sobre a probabilidade de êxito dos processos.

n) Reconhecimento da receita

A Companhia oferece serviços de transporte de dados, voz e imagem em alta velocidade para operadores de telecomunicações e provedores de serviços de valor agregado.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando este valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

o) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

p) Benefícios a funcionários

Benefícios de demissão

A Companhia não possui planos de benefícios de demissão para funcionários.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Participação nos lucros e bônus

O reconhecimento dessa participação é efetuado mensalmente e ajustado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia.

q) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: i) variações ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar; ii) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e iii) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

r) Impostos sobre transações

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas:

- Vendas: As receitas operacionais, não operacionais e vendas de ativos da companhia são registradas líquidas dos impostos incidentes sobre as vendas (PIS, COFINS, ICMS e ISS);
- Custos: Os custos de produção, quando aplicável, são registrados líquidos de impostos recuperáveis;
- Ativos: Os valores registrados no ativo imobilizado são registrados líquidos de impostos recuperáveis;
- Quando os impostos incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto é reconhecido como parte do custo e despesa operacional e da aquisição do ativo, conforme o caso;

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições:

- Programa de Integração Social (PIS)
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)
- Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)
- Imposto sobre Serviços (ISS)

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

s) Demonstrações de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional, requeridas como parte das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela empresa, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Bancos conta movimento	45	83
Aplicações financeiras	7.436	6.667
	7.481	6.750

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

5. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020
Contas a Receber	44.273	41.164
PECLD	-23.819	-22.485
	20.454	18.679

Movimentação PECLD

Saldo			Saldo
31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
-22.485	-1.628	294	-23.819

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

**Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer
não provisionados:**

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
A vencer	18.138	15.818
Vencidas		
Até 30 dias	1.852	2.157
De 31 a 60 dias	406	408
Acima de 60 dias	58	296
	20.454	18.679

A Companhia registra a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada dos clientes que tenham saldos vencidos e não pagos há mais de 90 dias.

6. Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF sobre Aplicação Financeira	39	20
Imposto de Renda a Compensar	0	112
ICMS a Compensar	0	42
ICMS Ativo Permanente	18.446	16.607
Impairment sobre CIAP (*)	-2.549	-3.000
Pis e Cofins sobre ICMS a compensar	6.453	0
	22.389	13.781
Circulante	6.493	174
Não Circulante	15.897	13.607

(*) *Impairment* realizado conforme expectativa de utilização do crédito.

Em dezembro de 2021 houve o trânsito em julgado favorável à companhia sobre ação de inconstitucionalização da base de cálculo do Pis e da Cofins sobre o ICMS que será compensado no exercício de 2022 no montante de R\$ 6.453 mil.

7. Depósitos judiciais

	31/12/2021	31/12/2020
Trabalhistas e Outros	783	762
	783	762

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

8. Imobilizado

Saldo acumulado em 31 de dezembro de 2021:

	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2021 Líquido	31/12/2020 Líquido
Informática	13.751	(12.147)	1.604	2.078
Máquinas e equipamentos	803	(734)	69	85
Móveis e utensílios	1.007	(1.003)	4	4
Benfeitorias	595	(595)	-	-
Terrenos	47	-	47	47
Imóveis	17	(17)	-	-
Cabos	389.972	(353.418)	36.554	39.005
Cabos - Ajuste de Avaliação Patrimonial	205.091	(44.585)	160.506	169.423
Equipamentos auxiliares	6.247	(3.245)	3.002	3.267
Equipamentos de comunicações	479.839	(347.179)	132.660	111.619
	1.097.369	(762.923)	334.446	325.528

A movimentação do imobilizado no período de 31 de dezembro de 2020 a 31 de dezembro de 2021:

Conta	Saldos 31/12/2020	Aquisições	Baixas	Saldos 31/12/2021
Informática	13.751	-	-	13.751
Máquinas e equipamentos	803	-	-	803
Móveis e utensílios	1.007	-	-	1.007
Benfeitorias	595	-	-	595
Terrenos	47	-	-	47
Imóveis	17	-	-	17
Cabos	389.972	-	-	389.972
Cabos - Ajuste de Avaliação Patrimonial	205.091	-	-	205.091
Equipamentos auxiliares	5.578	670	-	6.248
Equipamentos de comunicações	440.898	38.941	-	479.839
	1.057.759	39.611	-	1.097.370
Depreciação acumulada	(732.231)	(30.693)	-	(762.924)
	325.528	8.918	-	334.446

(a) A Companhia mantém um contrato assinado, com vencimento em 2039, com a Eletropar para a utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica (torres, subestações, fibras ópticas já instaladas etc.) das Cedentes. Esse contrato permite que a Companhia opere a sua rede.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

A depreciação está sendo realizada de acordo com a nova vigência do contrato e ao final do contrato a Companhia deve entregar todo ativo operacional à Eletrobrás.

- (b) Ajuste de Avaliação Patrimonial - como a Companhia saiu da falência em 7 de abril de 2016, a Administração da Companhia, suportada pela decisão do Conselho de Administração, decidiu pela adoção inicial do IFRS, o qual permite uma única vez a avaliação de seu imobilizado ou parte deste de acordo com o pronunciamento contábil específico, o ICPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43, ao seu valor justo, custo atribuído (*Deemed cost*).

Dessa forma em 31 de janeiro de 2017 foi emitido pela empresa Macadar Assessoria de Mercado & Avaliações Ltda. Laudo de Avaliação Patrimonial referente a rede de transmissão em fibra óptica denominada como Cabos que pode ser assim resumido:

- Objetivo e finalidade - Determinar o atual valor patrimonial dos ativos no estado em que se encontram para fins de adequação ao CPC 1 e CPC 27 relativos ao custo atribuído (*Deemed Cost*) em consonância ao ICPC 10;
- Roteiro de trabalho - Vistoria, Pesquisa de mercado e Cálculos de avaliação; e
- Data-base - 31 de dezembro de 2016.

Como resultado temos:

- Avaliação da rede de Cabos com Fibra Óptica - R\$ 253.799 mil
- Vida útil remanescente e taxa de depreciação - 23 anos

- (c) Conforme aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de novembro de 2017 os efeitos da aplicação do custo atribuído (*deemed cost*) inicial apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS decorrentes dessa avaliação, foram contabilizados no primeiro exercício social após o encerramento da falência com continuidade de negócios da Companhia, cujos efeitos estão demonstrados nas demonstrações contábeis comparativas do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 como ajustado, as quais foram ajustadas pelos efeitos a seguir descritos:

	31/12/2021	31/12/2020
Cabos	389.570	389.570
Depreciação dos Cabos	-340.862	-340.862
Cabos - Saldo Líquido	48.708	48.708
Laudo de Avaliação dos Cabos	253.799	253.799
Custo Atribuído (<i>Deemed Cost</i>)	205.091	205.091
Depreciação Acumulada	-44.585	-35.668
Custo Atribuído Líquido	160.506	169.423
Imposto de Renda e CSLL Diferido (34%)	54.572	57.604
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	105.934	111.819

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

(d) A Companhia analisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos imobilizados com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A atividade operacional da Companhia identifica se há deterioração tecnológica no principal item do imobilizado a conta Equipamentos de comunicação, sendo identificada, a baixa é realizada imediatamente. Para os demais itens a Companhia entende que a taxa de depreciação utilizada para registrar o desgaste é suficiente.

9. Direito de uso/Arrendamento

9.1 Direitos de Uso

		<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
	<u>Custo</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>
Sites (i)	18.878	16.959	2.651
Locação de Imóveis (i)	5.313	3.504	871
Contrato de Infraestrutura (ii)	376.976	343.591	306.947
	401.167	364.054	310.469

Contratos de arrendamento e concessão de infraestrutura

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia aplicou a NBC TG 06 (R3) / CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil, utilizando a abordagem retrospectiva modificada, que não exige a apresentação comparativa de períodos anteriores. Na adoção inicial, os passivos foram mensurados pelo valor contratual de pagamentos, na data base de assinatura do contrato e os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento descrito acima. A Companhia aplicou o expediente prático com relação à definição de contrato de arrendamento, aplicando os critérios de direito de controle e obtenção de benefícios do ativo identificável, prazo de contratação superior a 12 meses, expectativa de prazo de renovação contratual, contraprestação fixa e relevância do valor do bem arrendado. Os principais contratos de arrendamento da Companhia referem-se à concessão da infraestrutura da rede por 20 anos, até agosto de 2039, locação do imóvel sede administrativa com prazo remanescente de 5 anos e contratos de locação de sites, no total de 42 contratos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

9.2 Arrendamento

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante	22.265	18.400
Não Circulante	341.789	292.069
	364.054	310.469

As parcelas a longo prazo têm os seguintes vencimentos:

Ano	31/12/2021	31/12/2020
2021		166
2022		16.680
2023	21.336	16.671
2024	21.324	16.645
2025	21.288	16.635
2026	21.228	16.635
2027	20.616	16.635
2028	20.346	16.635
2029 a 2039	215.650	175.368
	341.789	292.069

10. Fornecedores

	31/12/2021	Reclassificado 31/12/2020	31/12/2020
Fornecedores	333.692	294.988	294.988
	333.692	294.988	294.988
Circulante	36.270	43.601	94.330
Não Circulante	297.422	251.387	200.658

Destacamos abaixo a situação da dívida com fornecedores:

- a) Parte do saldo, no montante de R\$ 64.275 (2020 - R\$ 50.729), está vencido há mais de cinco anos, que segundo o entendimento dos advogados da companhia, encontra-se prescrito.

A tese de prescrição não foi aceita pela empresa credora e a discussão foi para a esfera judicial. Por prudência a administração decidiu deixar em aberto os valores a pagar. Consubstanciada na opinião dos consultores jurídicos o referido processo judicial não será solucionado em 2022, dessa forma esse valor foi transferido para o passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

- b) A Companhia, em 31/12/2021, possui registrado dívidas referentes às compras parceladas por fornecedores para pagamento em 24 meses, conforme demonstrado abaixo:

Fornecimentos Parcelados	31/12/2021	31/12/2020
Ano		
2021	0	6.255
2022	12.752	6.518
2023	2.023	108
	14.775	12.881

- c) Contas a pagar suportadas por Instrumento de Confissão de Dívida com vencimento previsto para 2022:

	31/12/2021	31/12/2020
Escritório Adv. Prof. Jorge Lobo	1.888	1.421
JKF Assessoria Empresarial Eireli	0	5.146
	1.888	6.567

- d) Credores do valor prorrogado:

	31/12/2021	31/12/2020
Credores do valor prorrogado	228.760	194.032
	228.760	194.032

A Companhia manteve as contas a pagar aos credores do valor prorrogado, pois continuará a explorar os ativos e bens cedidos pelo contrato de concessão, atualizado pelo IGP-M, no montante de R\$ 228.760 cujo pagamento se dará em 10 anos a partir do ano seguinte à prorrogação do referido contrato.

- e) Outros fornecedores operacionais:

	31/12/2021	31/12/2020
Curto Prazo	21.630	30.779
Longo Prazo	2.364	14.717
	23.994	45.496

11. Partes relacionadas

Está assim apresentado:

	31/12/2021	31/12/2020
Ativo Circulante		
Castelo Branco e Advogados Assoc. (a)	1.279	1.214
	1.279	1.214

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

Passivo Circulante e Não Circulante	31/12/2021	Reclassificado	31/12/2020
		31/12/2020	
Eletrobrás Participações S.A.			
Credores do valor prorrogado (b)	23.724	20.123	20.123
CCD + MOU (c, d)	161.995	155.806	155.806
	161.995	155.806	155.806
Circulante	0	0	140.806
Não Circulante	161.995	155.806	15.000

- (a) Castelo Branco e Advogados Assoc. - Em 08/12/2020 foi assinado instrumento de confissão de dívida que prevê atualização monetária com base na variação da taxa SELIC, para pagamento até abril/2021 ou por ocasião da alienação parcial ou integral das ações detidas por LT Bandeirante no capital social da Companhia, o que ocorrer primeiro. Até a publicação destas notas explicativas, encontrava-se para aprovação junto ao conselho de administração da companhia extensão por mais 12 meses deste instrumento de confissão de dívida.
- (b) Credores do valor prorrogado - R\$ 23.724 (2020 - R\$ 20.123) - Está representado pela prorrogação do Contrato de Cessão de Uso da infraestrutura do sistema Eletropar, estando classificado na conta Credores do valor prorrogado (Nota 10 d).
- (c) Contrato Confissão de Dívida - CCD - R\$ 146.995 (2020 - R\$ 140.806) - Saldo referente ao contrato assinado com Eletrobrás Participações S.A. (acordo de acionista) para a utilização da infraestrutura de transmissão de energia elétrica (torres, subestações, fibras ópticas já instaladas etc.) das empresas do Sistema Eletrobrás. Este contrato prevê atualização monetária com base na variação da taxa SELIC. Como se trata um acordo de acionistas, que somente será realizado na venda da empresa para um novo investidor ou capitalização do crédito pela Eletropar, com prorrogação contratual assinada entre as partes, a empresa reclassificou essa exigibilidade pactuada para o passivo não circulante.
- (d) MOU (2013 a 2015) - R\$ 15.000 (2020 - R\$ 15.000) - Refere-se à obrigação de pagar a Eletropar, conforme definido no Memorando de Entendimentos, celebrado entre a Eletropar, LT Bandeirante e Eletrobras, o valor de R\$ 15.000, referente aos 3 (três) últimos anos de direito de uso das fibras ópticas e respectiva infraestrutura (2013 a 2015).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

12. Obrigações tributárias

	31/12/2021	Reclassificado 31/12/2020	31/12/2020
ICMS	4.242	3.129	3.129
PIS e COFINS	499	494	494
Demais Impostos	2.039	2.946	2.946
FUST e FUNTTEL	42.922	38.451	38.451
Depósitos Judiciais	-10.785	-10.432	-10.432
	38.917	34.588	34.588
Circulante	6.780	6.569	34.588
Não Circulante	32.137	28.019	-

- (a) O FUST é uma contribuição de 1% sobre a receita operacional bruta, decorrente de prestação de serviços de telecomunicações nos regimes público e privado, excluindo-se o imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

O FUNTTEL é uma contribuição de 0,5% sobre a receita bruta das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos regimes público e privado, excluindo-se as vendas canceladas, os descontos concedidos, o ICMS, PIS e COFINS.

Com base na opinião de seus advogados a Companhia não efetua o recolhimento das contribuições para o FUST e o FUNTTEL, depositando judicialmente parte do valor, por entender que os mesmos não se aplicam as suas atividades, em virtude de não realizar a prestação de serviços de telecomunicações diretamente ao usuário final. No entanto, por prudência, mantém provisionado em seu passivo os valores totais apurados, com atualização pela taxa Selic e multa de 30%, líquido dos depósitos judiciais realizados.

A administração consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos que entendem que este processo não encerrar-se-á em 2022, reclassificou os valores provisionados para o passivo não circulante.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

13. Tributos parcelados

	31/12/2021	31/12/2020
Parcelamento de ICMS	8.355	8.208
Parcelamento da Multa pelo Atraso na Entrega das ECF's 2015 e 2016	660	999
	9.015	9.207
Circulante	3.446	2.893
Não Circulante	5.569	6.315

Os parcelamentos de impostos em 31 de dezembro de 2021 referem-se a:

- ICMS sobre prestação de serviços de comunicação devidas no período de 2013 a 2021, e inclui juros e multa, calculados com base na legislação fiscal em vigor. A administração da Companhia firmou acordos de parcelamentos das dívidas junto aos órgãos estaduais competentes, com pagamentos que variam entre 12 a 60 meses.

Em dezembro de 2019, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - **PEP** do **ICMS** no Estado de São Paulo, para a liquidação de débitos fiscais relacionados ao ICMS em 60 meses.

Ano	31/12/2021	31/12/2020
2021	0	2.451
2022	2.906	2.165
2023	2.751	2.022
2024	2.045	1.451
2025	441	119
2026	212	
	8.355	8.208

- Multas por atrasos nas entregas das Escrituração Contábil Fiscal (ECF), referentes aos exercícios de 2016 e 2017, anos base de 2015 e 2016, respectivamente. A dívida foi parcelada em 60 meses conforme abaixo:

Ano	31/12/2021	31/12/2020
2021	0	523
2022	539	476
2023	121	
	660	999

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

14. Adiantamentos de clientes

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	787	787
Não Circulante	9.604	10.391
	<u>10.391</u>	<u>11.178</u>

Adiantamento de cliente recebido em 30 de março de 2020, pela utilização de terceiros de fibras ópticas apagadas integrantes do cabo óptico da infraestrutura da empresa por 15 anos.

15. Provisão cíveis e trabalhistas

- (a) A Companhia tem diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, em 31 de dezembro de 2021 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão assim representadas:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Trabalhistas	4.765	1.483
Cíveis	881	1.219
	<u>5.646</u>	<u>2.702</u>

(b) Natureza das contingências

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável.

Principal processo sobre a ótica cível provisionado:

A Companhia foi condenada a pagar sucumbência ao advogado patrono da ação da Lucent, montante calculado sobre 5% da causa. Os consultores jurídicos da Companhia entendem ter havido um erro material da decisão que elevou o percentual de sucumbência de 0,5% para 5%. Dessa forma, a administração da Companhia requer a retificação do percentual dos honorários de sucumbência.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

A administração, com base em parecer de seus advogados que considera como possível o acolhimento da tese da defesa, provisionou o valor correspondente a 0,5% da causa, no montante de R\$ 121.

(c) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A Companhia no curso normal de suas atividades está sujeita a processos judiciais de naturezas tributária, trabalhista, administrativo e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e de riscos existentes e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Dentre os riscos fiscais que a Administração da companhia avalia são os seguintes:

- Auto de infração lavrado para exigir ICMS decorrente de atividade de colocation e demais atividades de natureza diversa,
- Falta de Recolhimento de ICMS e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza na Prestação de Serviços de Telecomunicações, e
- Falta de Recolhimento de ICMS em Saídas do Ativo Imobilizado.

Na avaliação dos seus assessores jurídicos por meio de opinião legal fundamentada há possibilidades de defesa dos assuntos acima resumidos, em que há risco possível de perda no judiciário, cujo montante estimado em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 4.450

Processo cível:

No processo movido contra a Minas Mais e Elig, a Companhia foi condenada a pagar os honorários sucumbenciais fixados em 10% sobre o valor da causa. Segundo seus consultores jurídicos, a condenação foi desproporcional, considerando que são três réus. Dessa forma, os advogados da Companhia impetraram interposição do Recurso Especial, requerendo a reforma do Acórdão. A administração, consubstanciada na opinião dos advogados, que entendem como possível a revisão da condenação, decidiu não provisionar essa contingência, cujo montante previsto em 31/12/2021 é de R\$ 7.985.

(d) Perdas remotas, não provisionadas no balanço

Ação cível de obrigação de fazer, ajuizada pela empresa Minas Mais Telecomunicações Ltda., na 16ª Vara Cível da Comarca do Rio de Janeiro, processo 0179304-92.2016.8.19.0001, com pedido de indenização. Valor da causa R\$ 680.000, com possibilidade de perda remota.

A autora busca a reparação por danos materiais e morais, cada qual na ordem de R\$ 340.000, em virtude de suposta retenção de equipamentos que seriam de propriedade da Minas Mais.

As proposições de retenção de equipamentos e valores fixados não gozam

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

de qualquer sustentação razoável, tratando-se de reclamação descabida.

Em 13 de janeiro de 2021 foi proferida sentença em 1ª instância, julgando improcedente a ação ajuizada.

Importante registrar, que a Companhia ajuizou:

- I. ação de cobrança de valores decorrentes de prestação de serviços contra a Minas Mais, Elig Serviços de Telecomunicações Ltda e Bertolino Ricardo Almeida, processo nº 0471030-03.2015.8.19.0001 (41ª Vara Cível da Comarca da Capital do Rio de Janeiro), valor em 25/11/2015, R\$ 38.135. Em primeiro grau, a sentença julgou procedentes os pedidos autorais, condenando as rés, solidariamente, ao pagamento de R\$ 38.135 (trinta e oito milhões, cento e trinta e cinco mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta e dois centavos), acrescidos de juros de 1% ao mês e correção monetária a partir da data do vencimento de cada obrigação. Em recurso interposto perante a 2ª Câmara Cível, a sentença foi confirmada, em parte. Manteve a condenação, mas acabou excluindo a MinasMais do polo passivo, por entender não caracterizado o grupo econômico. Interpusemos recurso ao STJ visando a reversão do acórdão na parte em que excluiu a MinasMais. A 3ª Vice-presidência do TJERJ proferiu decisão inadmitindo o recurso especial interposto pelas recorridas. No momento, está em curso o prazo para a interposição de agravo em recurso especial, contra a decisão que inadmitiu o recurso especial. A expectativa de êxito é possível, segundo classificação de nosso advogado.
- II. execução por título executivo extrajudicial - cobrança de valores decorrentes de contrato de prestação de serviços, contra Elig Serviços de Telecomunicações Ltda., Bertolino Ricardo Almeida e Luiza Aparecida Lemos, processo nº 0030306-85.2016.8.19.0001 (10ª Vara Cível - Comarca da Capital do Rio de Janeiro), valor em 23/01/2016, R\$ 9.202. Ainda não conseguimos localizar os executados nos diversos endereços diligenciados. O Magistrado determinou a expedição de carta precatória.

A expectativa de êxito é possível, segundo classificação do nosso advogado.

16. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital da Companhia é de R\$ 321.387, representado por 306.122.448 (trezentos e seis milhões, cento e vinte e dois mil e quatrocentas e quarenta e oito) ações, sendo 306.121.448 (trezentos e seis milhões, cento e vinte e um mil e quatrocentas e quarenta e oito) ordinárias e 1.000 (mil) preferenciais, totalmente subscrito e integralizado, todas nominativas e sem valor nominal.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

O memorando de entendimento realizado no dia 27 de novembro de 2015 concordou que a LT Bandeirante não realizou o aumento de capital no valor correspondente a R\$ 13.000. Este valor será realizado através de dividendos que venham a ser declarados em decorrência dos resultados apurados pela Companhia, no prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de sua reabilitação empresarial, que ocorreu com a entrega formal das chaves da Companhia conforme ata de 07 de abril de 2016. Este período foi prorrogado por mais 12 meses.

Ajuste de Avaliação Patrimonial

Efeitos da aplicação do custo atribuído inicial (*deemed cost*) apurados sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS em 31 de dezembro de 2016 e aprovado pelo Conselho de Administração em 22 de novembro de 2017 (**nota explicativa 8 c**).

Outros Resultados Abrangentes

Em 20 de fevereiro de 2020 foi celebrado a prorrogação do Contrato de Compartilhamento que prorroga o prazo de vigência dos contratos de direito de uso, para até 20 de agosto de 2039, mediante o reconhecimento formal da dívida de R\$ 130 milhões para com a Eletropar, atualizada pela SELIC a partir de janeiro de 2019, no montante em 31 de dezembro de 2021 de R\$ 146.995. Esta dívida é composta por R\$ 26,4 milhões referente à fornecimentos do passado já constantes do passivo da companhia e, R\$ 120,6 milhões, condicionados à prorrogação do Contrato de Compartilhamento até 2039.

Como esta operação foi gerada entre acordo de acionistas e pressupõe aumento de capital na Companhia, seja por entrada de novo acionista, seja por troca de controle acionário, e, portanto, esta dívida não será quitada pela operação da Companhia. A administração entendeu tratar-se de outros resultados abrangentes.

17. Receita operacional líquida

	2021	2020
Receita com prestação de serviços	205.439	172.207
ICMS	-49.019	-40.158
PIS	-1.269	-1.137
COFINS	-5.859	-5.245
ISS	-92	-92
Cancelamento de Vendas		-1
Pis e Cofins sobre ICMS a compensar	5.924	0
	155.124	125.574

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

18. Custo dos serviços prestados

	2021	2020
Custos com pessoal	-13.435	-13.289
Depreciação	-30.201	-26.884
Amortização	-18.543	-15.057
Row Acesso	-12.890	-9.903
Trânsito Internet Protocol	-10.721	-10.339
Outros Custos	-16.062	-8.049
	-101.852	-83.521

19. Despesas comerciais

	2021	2020
Despesas com pessoal	-4.012	-3.898
Provisão para perdas estimadas (N.E. 5)	-1.334	25
Outras despesas	-875	-604
	-6.221	-4.477

20. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Despesas com pessoal	-8.963	-9.301
Consultoria e assessoria empresarial	-891	-1.948
Advocatícias	-1.957	-923
Depreciação	-491	-239
Amortização	-876	-897
Aluguel de imóveis	-152	122
Condomínio	-281	-254
Serviços gerais e administrativos	-199	-343
Telefonia	-204	-190
Contabilidade, Auditoria e tributárias	-1.112	-925
Informática	-312	-204
Outras despesas	-1.148	-4.926
Provisões trabalhistas	-4.965	-114
	-21.550	-20.142

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

21. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2021	2020
Crédito de ICMS - CIAP	-447	-803
Multas de autuações fiscais	-595	-669
Outras despesas	-2	-113
	-1.044	-1.585

22. Receitas e despesas financeiras

Receitas Financeiras	2021	2020
Rendimento de Aplicação Financeira	178	110
Multas sobre Clientes	1.093	1050
Variação Monetária Ativa	380	259
Outras Receitas Financeiras	1.282	705
	2.933	2.124

Despesas Financeiras		
Juros Passivos	-10.215	-8.943
Despesas Bancárias	-173	-146
Multas de Pagamentos em Atraso	-1.890	-1.967
Variação Monetária Passiva	-41.741	-49.550
	-54.019	-60.606

23. Imposto de Renda e Contribuição Social

	2021	2020
Lucro (Prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	-26.629	-42.633
(+) Adições	17.445	14.955
(-) Exclusões	-1.448	-3.397
(=) Lucro (Prejuízo) Ajustado	-10.632	-31.075

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido		
(-) Imposto Diferido s/Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.032	3.032
Total Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	3.032	3.032

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020
(Em milhares de Reais)

A Companhia possui créditos tributários acumulados em 31 de dezembro de 2021, de prejuízo fiscal de Imposto de Renda e base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de R\$ 1.469.618. O tributo diferido sobre esse benefício, no valor de R\$ 499.670 será registrado somente quando houver a previsão de lucros tributáveis e ou utilização para abatimentos de dívidas tributárias.

Em 22 de novembro de 2017 o Conselho de Administração aprovou a aplicação do custo atribuído inicial (*deemed cost*) apurado sobre o saldo do ativo imobilizado CABOS em 31 de dezembro de 2016. O Ajuste de Avaliação Patrimonial sobre esses ativos gerou um montante de Imposto de Renda e Contribuição Social que será amortizado no período de 23 anos (*nota explicativa 8 c*).

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Imposto de Renda e CSLL Diferido sobre AAP	54.572	57.603
Imposto de Renda e CSLL Diferido no Período	3.032	3.032

24. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis e, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes.

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram até a presente data quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.

* * *

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Portal de Assinaturas Certisign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/54AC-B8B8-4744-5E59> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 54AC-B8B8-4744-5E59



Hash do Documento

27C61F86597644B2E639519E69233EDD7773D8391640BD55F0ED368E861FF0E8

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/03/2022 é(são) :

- ☒ Vicente Lima Correia (Signatário - Eletronet S.A.) - 229.375.015-91 em 16/03/2022 15:22 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Oscar Alfredo Salomao Filho (Signatário - Eletronet S.A.) - 534.632.427-53 em 16/03/2022 13:34 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital
- ☒ Bruno da Cunha Garcia (Parte) - 277.768.148-14 em 16/03/2022 10:00 UTC-03:00
Tipo: Assinatura Eletrônica
Identificação: Por email: bruno@vrscontabil.com.br

Evidências

Client Timestamp Wed Mar 16 2022 09:58:42 GMT-0300 (Horário Padrão de Brasília)

Geolocation Latitude: -23.6285 Longitude: -46.6448 Accuracy: 658

IP 189.20.34.18

Assinatura:



Hash Evidências:

2C3BEB18D10C2DEE0DC4F8196B9D00440831688845562D0BA0968F39F3E74CA3

